



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

1 **ATA da 11ª (décima primeira) Audiência Pública do 1º (primeiro) Período**
2 **Legislativo de 2017 (dois mil e dezessete) da Câmara Municipal de Macaé, Estado**
3 **do Rio de Janeiro.** Ata da Audiência Pública para apresentação das Metas Fiscais do 1º
4 Quadrimestre do ano de 2017 (janeiro a abril). Aos 31 (trinta e um) dias do mês de maio
5 do ano de dois mil e dezessete, na Sala das Sessões, às 16 horas assumiu a Presidência o
6 Controlador Geral do Município Sr. Luís Carlos da Silva Cunha. Compareceram os
7 Vereadores Maxwell Souto Vaz e Valdemir da Silva Souza. Dando início à Audiência, o
8 Sr. Presidente passou a palavra para o Secretário de Fazenda Sr. Ramirez Cabral dos
9 Santos para apresentação do 1º Quadrimestre do ano de 2017 (janeiro a abril), com
10 informações sobre os números gerais da arrecadação do Município de Macaé e também
11 das despesas, apresentando através de slides e de material disponibilizado a todos os
12 vereadores os números aproximados das receitas estimadas e arrecadadas entre janeiro e
13 abril de 2017. Sr. Ramirez falou que a Receita total bruta do quadrimestre foi de
14 aproximadamente R\$778.551,000,00 (setecentos e setenta e oito milhões e quinhentos e
15 cinquenta e um mil reais) e a Receita total líquida no quadrimestre foi de
16 aproximadamente R\$742.422.000,00 (setecentos e quarenta e dois milhões e quatrocentos
17 e vinte e dois mil reais). Falou da receita estimada no 1º Quadrimestre, no valor de
18 629.700.000,00 e a receita arrecadada 742.422.000,00, 17.90% de superávit. Fez
19 apresentação de valores arrecadados por tipo de recurso; de comparativo das receitas
20 líquidas arrecadadas no primeiro quadrimestre do ano de 2016 e do atual ano de 2017; de
21 comparativo das principais receitas líquidas arrecadadas no período entre janeiro e abril
22 do ano de 2016 e agora no atual ano de 2017; de comparativo das receitas estimadas no
23 ano de 2017 e as realizadas até abril de 2017. Apresentou em slide e também em material
24 impresso entregue a todos os vereadores, valores de todas as receitas estimadas para o
25 ano de 2017 e valores arrecadados até abril de 2017. Falou das principais ações da
26 Secretaria de Fazenda no que tange à arrecadação do Município, e informou que já estão
27 trabalhando efetivamente com a questão do protesto. Disse que tiveram que implementar
28 o sistema e fazer convênio. Isso visa pagar a dívida ativa, todas as receitas que estão
29 também em juízo. Falou que vão implantar o REFIN este ano. Falou que o REFIN vai
30 contemplar também os processos que estão na dívida ativa ajuizados. Comentou que hoje
31 tem em ordem 400 (quatrocentos) milhões de reais em dívidas ativas e espera que
32 incrementalmente a receita do município. Estão pontuando com relação à Planta Genérica. Falou
33 que a Planta Genérica de valores é de 2010 e está defasada e estão fazendo estudo,
34 levantamento ao que tange o mercado. E devem estar encaminhando para a Casa a Planta
35 Genérica de valores. Passou a palavra para o Sr. Luiz Carlos que vai falar sobre as
36 despesas. Sr. Luiz Carlos fez exibição em slide sobre as despesas. Falou da LOA 2017
37 que foi estimada em 1 bilhão e 903 milhões de reais e de 2016 está na ordem de 2 bilhões
38 e 81 milhões de reais e desse exercício está com 10 % menor que o ano passado. Disse
39 que a arrecadação é estimada e depois fixam as despesas. Falou que o orçamento de 2015

Página 1 de 4

JSA
to



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

40 já era na ordem de 2 milhões e meio de reais e já perderam em torno de 600 milhões de
41 reais em termo de estimativa de arrecadação. Falou que da estimativa de 1 bilhão e 903
42 milhões de reais, 332 (trezentos e trinta e dois) milhões de reais são despesas
43 extraorçamentárias. Falou da receita corrente líquida todo parâmetro da LRF ela é feita
44 pautada em cima da Receita Correta Líquida. Disse que essa Audiência Pública visa fazer
45 apresentação da administração financeira do município. Falou que a lei complementar
46 regulamenta o dispositivo constitucional. Falou que receita é compreendida de período
47 de 12 meses. A RCL é composta de maio de 2016 até abril de 2017. Exibiu em slide e
48 também com material impresso contendo despesas de pessoal, limite da LRF. Destacou
49 que a base de cálculo da RCF vem caindo comparando 2015,2016 e agora 2017, devido
50 à queda da arrecadação. Falou que despesa de pessoal vem diminuindo. Falou que
51 conseguiram reduzir aproximadamente 38 milhões na folha de pessoal, mas a receita
52 corrente líquida caiu mais que a arrecadação. Falou que mesmo assim conseguiram
53 atender o redutor que a LRF impõe. Falou que hoje são aproximadamente 17 (dezessete)
54 mil servidores no município, sendo 1940 contratados e 549 extraquadros. Apresentou
55 despesas com a Educação, índices realizados em 2014,2015,2016 e janeiro a abril de
56 2017. Apresentou as maiores despesas que são com pessoal, alimentação escolar e
57 transporte escolar. Falou que são 41 (quarenta e um) mil alunos matriculados na rede
58 municipal. Apresentou as despesas com Saúde, o que foi empenhado e o que foi liquidado.
59 Apresentou alguns pontos de atenção, como a necessidade de manter o acompanhamento
60 da despesa de pessoal, inclusive com boas éticas voltadas à redução da mesma e a
61 necessidade de readequação do custeio fixo dos órgãos. Ressaltou que a arrecadação vem
62 caindo a cada ano e vem tratando de reduzir o que podem reduzir, mas é complexo.
63 Convidou os Vereadores Maxwell Souto Vaz e Val Barbeiro para fazerem parte da Mesa.
64 Passou a palavra para o Plenário. Sr. Otávio fez pergunta referente à terceirização no
65 HPM. Disse que não ficou muito claro. Sr. Luís Carlos da Silva Cunha disse que na
66 verdade não é terceirização. Falou que existem alguns contratos temporários na extinta
67 Fundação, são contratos previsto na constituição no artigo 37. Falou que alguns médicos
68 e servidores que foram contratados dentro das disposições que existem. Falou que
69 contratos temporários são para prestação de serviços que são feitos de acordo com a
70 constituição. Maxwell Vaz saudou todos e falou do índice do enquadramento de gastos
71 com o pessoal e esse governo sempre esteve fora do índice requerido, com exceção de
72 dois quadrimestres, e se propôs, no relatório do TCE, que se fizesse equilíbrio a partir
73 desse ano. Disse que se preocupa, porque já no 1º quadrimestre de 2017, não conseguiu
74 atingir a meta. E falou de contratação de serviço temporário, citou publicação do dia 24
75 de maio, com listagem de aproximadamente 300 pessoas para contrato temporário, e fica
76 difícil fazer esse reajuste. Falou que já teve acesso a relatório preliminar das contas do
77 governo de 2016 e foi indicado pelo conselheiro substituto, várias inconsistências. Pediu
78 se possível para o Sr. Luís Carlos da Silva Cunha esclarecer questão. Falou que o Tribunal

Página 2 de 4

JSLX



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

79 de Contas sempre recomendou, que fossem feitas todas as despesas da Saúde, através do
80 Fundo. E acompanham essa distribuição de recursos da Saúde para outras Secretarias.
81 Gostaria de saber se essa recomendação do Tribunal de Contas vem ao encontro a uma
82 legalidade ou é uma prerrogativa do Município de não usar o Fundo. Sr. Luís Carlos da
83 Silva Cunha disse que, como a reforma administrativa foi promulgada 30 de dezembro, a
84 LOA ainda não foi contemplada conforme a Reforma. Mas logo em seguida, foram
85 editados decretos para adequação da LOA à luz da Reforma. Disse que todo
86 remanejamento da despesa da Saúde foi aglutinado em uma "G" única, que é uma G do
87 Fundo Municipal de Saúde. O código reduzido orçamentário ficou o Fundo e abaixo do
88 Fundo tem a Secretaria, Secretaria Adjunta, Secretaria Adjunta de Atenção Básica e
89 Secretaria Adjunta de Alta e Média Complexidade. Disse que é uma subdistribuição que
90 é feita para reequilíbrio orçamentário. Falou que são obrigados fazer dessa forma. Disse
91 que não existe uma única despesa da Saúde hoje que não é empenhada dentro do Fundo.
92 Falou da questão do Ofício Regularizador, mais da metade dos documentos que o
93 Tribunal de Contas pediu, que disse que não foi, já estavam na prestação de contas. Disse
94 que estão encaminhando novamente. Falou que algumas inconsistências que tinham nos
95 relatórios contábeis realmente foram problemas pontuais de parametrização. E com a
96 extinção das Indiretas, houve uma consolidação contábil e algumas consolidações dentro
97 da conciliação ocorreram algumas discrepâncias. Mas já foram todos solucionados. Já
98 estão sendo encaminhados. Falou que está marcada Audiência para amanhã e acredita que
99 será aprovada. E acredita que até sexta-feira estará resolvendo questão do regularizador.
100 Falou que estão reduzindo a despesa de pessoal, mas a receita corrente líquida está caindo
101 também. Falou que Macaé tem 17 mil servidores e mais de 14 mil são concursados, 90%
102 da despesa de pessoal é com os efetivos. Fez comparação com as cidades de Niterói e
103 Campos dos Goytacazes que tem população muito superior a Macaé e tem menos
104 servidores no município. Falou que é a tipo de parâmetro. Falou que contratos temporários
105 não são desnecessários, senão não seriam feitos. Maxwell Vaz disse que fez referência de
106 contratação, a alguns cargos como de mecânico, motorista, servente e sabe que o pessoal
107 da Controladoria e da Fazenda fazem esforço para arrecadar e controlar, mas controlar
108 questões políticas fica complicado. Disse que são mais de 300 contratados agora, e não
109 entende, se já têm 17 mil servidores. Falou que às vezes uma decisão política coloca por
110 terra toda argumentação que trazem à Casa, em relação à quantidade de servidores
111 efetivos e contratados. Sr. Luís Carlos da Silva Cunha falou que acerca dos 300 contratos
112 temporários publicados, são pessoas que estão hoje cumprindo um contrato
113 administrativo que a Prefeitura tinha e foi instinto. São contratações da Secretaria de
114 Serviço Público. Falou que são categorias que entraram em extinção no ano passado.
115 Falou que hoje a Prefeitura tem contrato de manutenção na Educação, porque são mais
116 de cem unidades no Município. Falou das Unidades de Saúde que estão tentando
117 implementar, para redução de contratos. Sr. Ramirez Cabral dos Santos ratificou convite,

Página 3 de 4



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

118 porque ano passado conversaram sobre a planta genérica de valores e ficou de criar uma
119 Comissão de vereadores. Disse que estão concluindo novo estudo e isso traz transparência
120 enorme em todo processo, principalmente na questão do ITBI. Falou que na época o Dr.
121 Eduardo se mostrou favorável e antes de encaminhar gostariam de fazer apresentação.
122 Maxwell Vaz disse que colocação do Ramirez é importante e tem a Comissão Permanente
123 de Finanças e Orçamento da Casa e acha que é a comissão adequada para que façam a
124 apresentação. Falou que tem o Vereador George Jardim, que é o Presidente da Comissão,
125 e os outros vereadores também podem participar. Sugeriu ao Ramirez que faça o contato
126 com o Vereador George e que possa apresentar previamente essa proposta para a
127 comissão. Sr. Luís Carlos da Silva Cunha agradeceu a todos presentes e também ao
128 Presidente da Casa Legislativa, que cedeu o espaço. Deu por encerrada a apresentação do
129 1º Quadrimestre das Metas Fiscais do ano de 2017 (janeiro a abril), com informações
130 sobre os números gerais da arrecadação do Município de Macaé, apresentando através de
131 slides e de material disponibilizado a todos os vereadores os números aproximados das
132 receitas estimadas e arrecadadas entre janeiro e abril de 2017 e também sobre as despesas.
133 Nada mais havendo a ser tratado, encerrou a Audiência Pública, estando a gravação da
134 Sessão à disposição em meio digital.

135

Página 4 de 4